



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº39 | JANEIRO 2023 >>>

Foto: Nilmar Lage / Greenpeace Brasil

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

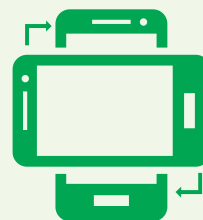
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Terra Indígena Jacareúba-Katawixi está há mais de um ano sem proteção

11 Interior em Foco

- Experiências da juventude da floresta na BR-319

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

17 Ciência

- De olho na estrada, tem animal atravessando a pista

19 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Começamos com novidades! A BR-319 está no Plano de 100 Dias anunciado pelo Ministério da Infraestrutura esta semana.

Segundo informações do órgão, a expectativa é que até abril ocorram contratações para elaboração de projetos e a execução obras de implantação dos portais de fiscalização no entroncamento com a BR-230, em Humaitá (AM), e da ligação da rodovia com o município de Manaquiri (AM).

Esperamos que os próximos anúncios tenham a ver com as pontes, pois a rodovia tem necessidades urgentes para garantir o bem-estar e assegurar os direitos de quem depende dela, é o caso dos moradores de comunidades na região onde as pontes desabaram entre setembro e outubro do ano passado. Os locais receberam soluções emergenciais que já necessitam de outras soluções devido a cheia. Imagens de pessoas e carros dentro d'água estão sendo mostradas todos os dias em redes sociais e veículos de comunicação, alguma coisa precisa ser feita com urgência.

Nesta edição do Informativo, no Destaque do Mês, trazemos mais um alerta sobre os riscos impostos pelas ameaças à Terra Indígena Jacareúba-Katawixi. Desta vez, ele está embasado em uma nota técnica produzida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), organização membro do Observatório BR-319, e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), que mostra o porquê que a portaria de Restrição de Uso é

essencial para a proteção do território e para assegurar os direitos dos indígenas isolados que habitam a área tradicionalmente.

No Interior em Foco, dois jovens extrativista indígenas do povo Apurinã, falam sobre o compartilhamento de experiências de vivências na BR-319. Eles participaram do II Encontro da Juventude Extrativista foi realizado, em novembro, em Mazagão (AP). O evento foi promovido pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e reuniu mais de 140 jovens e lideranças indígenas, quilombolas, pantaneiras e extrativistas de todo o Brasil, além de comunicadores e ativistas socioambientais.

Neste mês, não temos a seção Diálogos da BR-319 por conta da transição de governo. Os encontros devem ser retomados em fevereiro. Já os monitoramentos trazem dados preocupantes em relação ao desmatamento e ao aumento de focos de calor. Por fim, não deixe conferir as últimas novidades sobre acontecimentos importantes na BR-319, no Minuto BR. Tem informações novas sobre as pontes da rodovia.

Boa Leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês

Foto: Carolle Alarcon

Terra Indígena Jacareúba-Katawixi está há mais de um ano sem proteção

Sem nenhuma justificativa oficial, o território que abriga indígenas isolados segue sujeito a invasões, desmatamento e até grilagem.

Há mais de um ano, a Terra Indígena (TI) Jacareúba-Katawixi está sem portaria de Restrição de Uso, medida que busca evitar invasões ao território que está na fase de estudos do processo de demarcação. Acontece que a situação da TI é delicada, uma vez que se trata de uma área habitada por povos indígenas isolados, os Katawixi, que sofre forte pressão de desmatamento e invasões. Neste mês de janeiro, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) publicaram a nota técnica **Isolados Por um Fio: Riscos Impostos aos Povos Indígenas Isolados**, que elenca ameaças que afetam direitos fundamentais deste e outros povos isolados. Desde 2021, o Observatório BR-



A TI Jacareúba-Katawixi está no caminho da expansão de Porto Velho (RO).

Foto: Nilmar Lage/Greenpeace Brasil

319 vem **alertando e cobrando medidas** para resguardar os Katawixi.

“É flagrante a negligência do governo federal com os povos isolados da BR-319. Temos como exemplo a situação dos Katawixi, mas existem vários outros povos com o bem-estar em

risco, que dependem de medidas de fiscalização e combate a desmatamento, queimadas e invasões. Mas, devido ao desmonte promovido pelo governo Bolsonaro, a situação se agravou bastante nos últimos anos, culminando, no caso dos Katawixi, na desproteção do território e na falta de respostas quanto à restituição da portaria de Restrição de Uso”, disse Fernanda Meirelles, secretária-executiva do Observatório BR-319.

A portaria de restrição de uso é o mecanismo usado para controlar a entrada de não indígenas em áreas ocupadas por povos isolados. Como explica a nota da Coiab e do Ipam, esse mecanismo deve ser fortalecido tecnicamente, normativamente e deve ter mais investimento financeiro para que a proteção territorial seja efetiva. Uma decisão sem visão técnica pode comprometer a segurança dos isolados e de seus territórios, como o caso da TI Jacareúba-Katawixi que não teve sua portaria de Restrição de Uso renovada. A TI está no limite do Arco do Desmatamento e cercada por atividades de alto impacto como

grilagem, tráfico, grandes empreendimentos como a BR-319, BR-230, BR-364 e BR-317, as hidrelétricas no rio Madeira e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nos afluentes da margem direita do rio Purus, além da expansão da fronteira agrícola da

soja, pecuária e milho. “Neste sentido, nota-se que os riscos analisados neste estudo são apenas uma fração dos impactos aos quais os povos isolados estão expostos. Há múltiplos fatores que os satélites não identificam e que podem afetar a

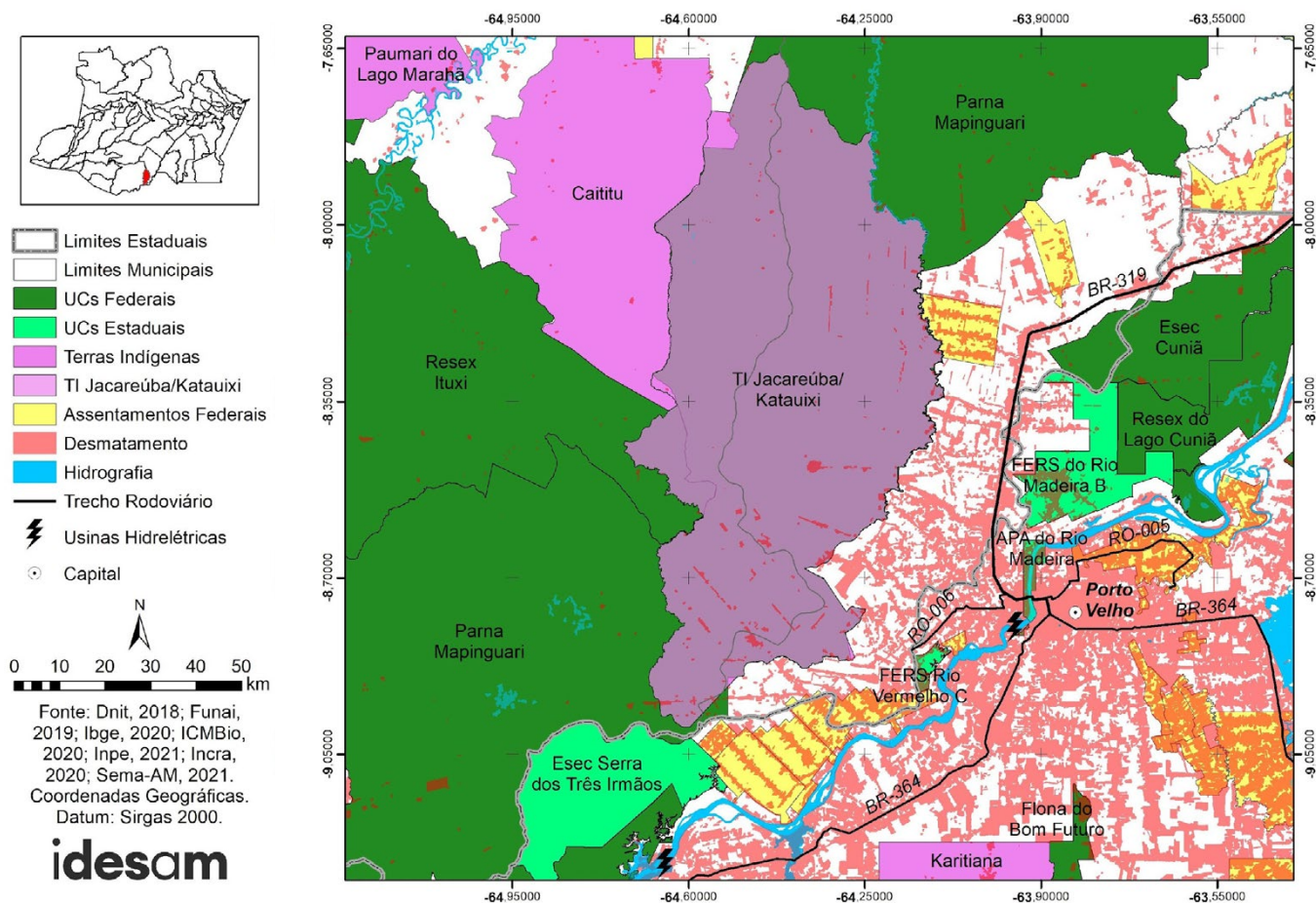
vida desses povos de maneira oculta. A irreversibilidade dos impactos significa o risco de extermínio desses povos”, diz a publicação.

A nota técnica Coiab e do Ipam apresenta como cinco dimensões de risco estão associadas, principalmente, com atividades ilegais que aumentam substancialmente a pressão sobre as TIs com povos indígenas isolados e são elas: jurídico-institucional (que diz respeito à demarcação do território), desmatamento ilegal, queimadas, grilagem de terras públicas e mineração ilegal.

A nota também diz que a Amazônia brasileira tem 44 territórios com confirmação da presença de povos indígenas isolados ou em estudo para confirmação, que somam, juntos, 653 quilômetros quadrados (km²), o equivalente a 62% da área de todas as terras indígenas no bioma. Destes, 34% aguardam a conclusão do processo de demarcação e grande parte dos territórios onde vivem os isolados é compartilhada com outros povos, mas há também TIs de uso exclusivo de indígenas isolados dedicadas ao seu uso e reprodução cultural. A publicação indica que 12 destes territórios estão sob risco “alto” ou “muito alto”, e destaca quatro em situação crítica: TI Ituna/Itatá, no Pará; TI Jacareúba/Katawixi, no Amazonas; TI Piripkura, em Mato Grosso; e TI Pirititi, em Roraima.

“Dada a situação de isolamento, há especificidades no processo de demarcação dos territórios ocupados por povos isolados. Em alguns casos são assinadas portarias de Restrição de Uso que visam garantir a proteção dos isolados e de seus

Mapa de localização da Terra Indígena Jacareúba-Katawixi





territórios, respeitando o princípio da precaução”, diz trecho da nota, que segue: “Por vezes esse mecanismo pode se desdobrar no estudo de identificação e delimitação de um território, mas nem sempre isso acontece. O trabalho de pesquisa é executado por equipes técnicas especializadas da Funai, e visam apontar indícios da presença desses povos em uma região específica. A renovação ou não das portarias de Restrição de Uso cabe à presidência do órgão indigenista federal”. Enquanto outros passos do processo de demarcação não avançam, as TIs deveriam contar integralmente com a Restrição de Uso, mas não é o que ocorre no caso da Jacareúba-Katawixi.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Uma das autoras da nota, a pesquisadora Patricia Pinho, que é diretora adjunta de ciência do Ipam, explica que tomar medidas para a proteção do território de indígenas isolados não é uma concessão e nem trata de depender da boa vontade do governo, mas de um direito assegurado pela Constituição Federal. “Os povos indígenas isolados tentam manter a sua autonomia resistindo ao processo de colonização por meio de distanciamento da sociedade nacional e de outros povos indígenas. O Artigo 231 da Constituição

Federal reconhece a autonomia desses povos em manter e fortalecer seus territórios e seu modo de vida. Uma medida que oficializa esse reconhecimento é o processo de regularização fundiária de um território, que se baseia no direito dos isolados permanecerem nestas áreas”, esclarece.

De acordo com a publicação, até junho de 2022, a ausência de mecanismo legal que garanta o princípio da precaução da sua segurança e de proteção do território dos Katawixi abriu precedentes para que a área seja ocupada por terceiros. “A Jacareúba-Katawixi tem 111 pedidos de Cadastro Ambiental Rural [CAR], lembrando ainda que mais de 95% do território é sobreposto por uma Unidade de Conservação [UC] federal de proteção integral”, diz trecho da nota técnica. A UC em questão é o Parque Nacional (Parna) Mapinguari, criado em 2008. A nota também revela que Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, que também fica na área de influência da BR-319 e registra a presença de isolados, também está sob risco tendo 94% do seu território ocupado por registros de CAR.

Patrícia explica que, os povos indígenas isolados só estão efetivamente seguros quando o processo de demarcação dos seus territórios é concluído. “São necessários estudos, identificação e delimitação para depois ter uma declaração efetiva pelo Ministério da Justiça e, então, uma demarcação desse território. Somente quando

a TI está homologada é que a gente fala que existe uma segurança institucional jurídica. Grande parte das TIs com povos indígenas isolados na Amazônia ainda não se encontram num estado de homologação e registro, o que as torna vulneráveis a invasões, desmatamento ilegal, queimadas, grilagem de terras, como, por exemplo, grilagem por meio de um CAR fraudulento”, esclarece. Mesmo diante destas etapas do processo, a posse permanente dos territórios habitados por isolados deve ser reconhecida, independente da demarcação administrativa dessa área.

Pinho destaca que, atualmente, a TI Jacareúba-Katawixi está no eixo central da região de fronteira da expansão agrícola entre os estados de Amazonas, Acre e Rondônia, conhecida como AMACRO (sigla atribuída à região que compreende 32 municípios entre os três estados). “A nossa publicação se faz imprescindível para a próxima gestão federal sobre atentar para as políticas públicas robustas e eficientes manter o direito desses povos assegurados, dada relevância para proteção da floresta e sobrevivência dos povos originários, especificamente isolados”, disse Patrícia.

A nota técnica faz três recomendações: garantir os direitos indígenas fundamentais, fortalecer o caráter técnico da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e zerar as atividades ilegais nos territórios. O Observatório BR-319 procurou a Funai para saber se e quais medidas serão adotadas pela nova gestão para proteção da TI Jacareúba-Katawixi, mas não obteve resposta até a publicação desta edição.



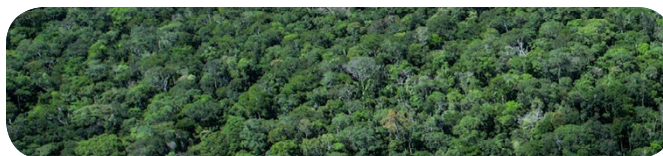


PARA REFLETIR



Por **Martha Fellows**

“É preciso que as pessoas entendam que é um direito desses povos viverem em sistema de isolamento, que é uma resposta à colonização. Foram as violações sistemáticas de direitos e o cerco a essas comunidades que fizeram com que eles adotassem esse comportamento. A maior população de isolados está na Amazônia, porque foi nessa região que essas populações conseguiram não ser tão afetadas pela sociedade não indígena, mas, obviamente, sabemos que, indiretamente, elas acabam sofrendo os efeitos do desmatamento, da mineração, do fogo, que contamina rios, tira recursos e coloca a subsistência delas em risco. O direito desses indígenas à terra é assegurado por lei, mesmo quando a terra ainda não é demarcada como é o caso aí da Jacareúba-Katawixi. Eles têm direito ao usufruto do seu território, por ocuparem tradicionalmente aquela área. É um direito ancestral que garante um direito à vida, o que é um direito humano. E se é direito humano, nós não podemos retroceder, só ampliar”.



LICENCIAMENTO DA BR-319

A existência dos Katawixi é conhecida desde os anos 1970, mas só oficialmente confirmada em 2007, durante os estudos para o planejamento da construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Na ocasião, foram encontrados não apenas vestígios da presença dele, como também servidores da Funai foram cercados por um grupo e ouviram gritos dos indígenas. Desde então, a TI esteve protegida por portarias de Restrição de Uso, com vigência de três anos, sucessivamente renovadas. A última, foi assinada em 14 de dezembro de 2018 pelo então presidente da Funai, General Franklimberg Ribeiro de Freitas, e venceu em dezembro de 2021.

A importância dos povos isolados no licenciamento ambiental da BR-319 já foi abordado pelo agora gerente de Povos Isolados da Coiab, Luiz Oliveira Neto, que também é um dos autores da nota. Ele explica que os Katawixi, provavelmente, são do povo Kawahiva, sobreviventes de diversos massacres e dispersos em pequenos grupos entre o Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, ou de outro povo do tronco linguístico Arawá, como é o caso dos Paumari. Independente disso, eles tiveram o seu território dividido pela abertura da BR-319. “Essa divisão do território dos indígenas, por si só, é catas-

trófica. O grupo que vive na TI Jacareúba-Katawixi pode ser de dois ou mais povos. Eles podem tanto habitar a sudoeste do Trecho do Meio, quanto a oeste do trecho entre Humaitá e Porto Velho. Além disso, há de se considerar que essa região tem ecossistemas únicos, que são os campos amazônicos”, diz Neto. A Restrição de Uso é o único instrumento que existe para proteção destes indígenas. “Por isso, a TI Jacareúba-Katawixi está sob Restrição de Uso, para estudos, para saber qual o grupo étnico vive ali, que recursos eles precisam para a manutenção do seu modo de vida, quais áreas eles usam e, enfim, entender quais são as necessidades deles para a delimitação do território com segurança. A não renovação da portaria é um ataque à existência dos indígenas isolados”, acrescenta.

Em julho de 2022, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitiu a **Licença Prévia para o trecho do meio da BR-319**. A medida está em desacordo com recomendações feitas pelo próprio órgão e coloca em risco a segurança jurídica das obras no segmento.

SAIBA MAIS:



- **Nota técnica Isolados Por um Fio: Riscos Impostos aos Povos Indígenas Isolados**
- **Há um ano desprotegida, Terra Indígena Jacareúba-Katawixi (AM) vira terreno de exploração ilegal de madeira**



Interior em Foco



Foto: Divulgação/Mitacema

Experiências da juventude da floresta na BR-319

Antonio Mathias Apurinã, é castanheiro e mora na Terra Indígena (TI) Caititu, localizada no município de Lábrea (AM).

Com empolgação, ele conta que as principais atividades econômicas desenvolvidas no seu território são os Sistemas Agroflorestais (SAF) e a extração da castanha. “O início da nossa TI fica no em torno da cidade e foi muito degradado. Trabalhamos com parceiros que trouxeram a experiência e a troca de conhecimento em SAFs e, também, temos o coletivo da castanha, que nos fez sair das mãos dos atravessadores. Agora, estamos no processo de organizar cada vez mais o nosso produto”, disse. O relato de Antonio foi feito durante o II Encontro da Juventude Extrativista e é um exemplo do que as novas gerações estão vivendo nos seus territórios, com a renovação e inovação no modo de vida tradicional.

Já Vanessa Apurinã, da Gerência de Monitoramento Territorial da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), vê na comunicação uma forma de expressar a



Antonio Apurinã foi um dos participantes do evento.

Foto: Divulgação/Miracema

preocupação da juventude amazônica extrativista, e dos povos indígenas, os impactos causados por grandes empreendimentos, como a BR-319.

“A BR-319 foi construída dentro de um arco de desmatamento que tem afetado não só o clima, mas também vidas. A floresta amazônica é um bioma de diversas culturas e povos e essa ‘espinha’

que foi criada no meio dela afeta diretamente extrativistas, indígenas, quilombolas”, declarou a jovem. Ela cita enchentes, queimadas, alteração no ciclo das chuvas, afastamento da caça e perda de território como consequências do desmatamento ligado ao avanço da rodovia. “A mudança climática não afeta meu território só um dia, ela afeta todos os dias. Com as enchentes mais fortes, nós perdemos roça e plantação. Elas deixam a gente desabrigada da nossa aldeia e precisamos encontrar alternativas, que são as terras firmes. Só que com o desmatamento e a chegada das estradas por trás do nosso território, ficamos sem ter para onde ir. O desmatamento afasta a caça que é um dos principais alimentos dos indígenas, o que torna mais distante o acesso à alimentação. Já estamos longe dos igarapés para pescar, chegamos na terra firme e ficamos sem a alimentação da caça”, relatou Vanessa, nasceu na aldeia São Benedita, no município de Pauini (AM) e é uma das lideranças de jovens comunicadores do Observatório da BR-319 (OBR-319).

O II Encontro da Juventude Extrativista foi realizado de 22 a 26 de novembro de 2022, em Mazagão, no Amapá, pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) em parceria com o Memorial Chico Mendes (MCM) e apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS), WWF-Brasil, Rainforest Foundation Noruega (FRN) e Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). A edição reuniu mais de 140 jovens e lideranças indígenas, quilombolas, pantaneiras e extrativistas de todo o Brasil, além de comunicadores e ativistas socioambientais.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor

No último mês de 2022, tanto a Amazônia Legal, quanto o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento no número de focos de calor em relação a dezembro de 2021. Os aumentos foram de 78%, 323%, 126%, 383%, respectivamente.

MUNICÍPIOS DA BR-319

Dez, dos 13 municípios monitorados, apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação ao mesmo mês do ano anterior. Lábrea liderou o ranking com 15 focos, seguido por Autazes, com oito. Já Porto Velho, foi o único município a apresentar queda no número de focos de calor.

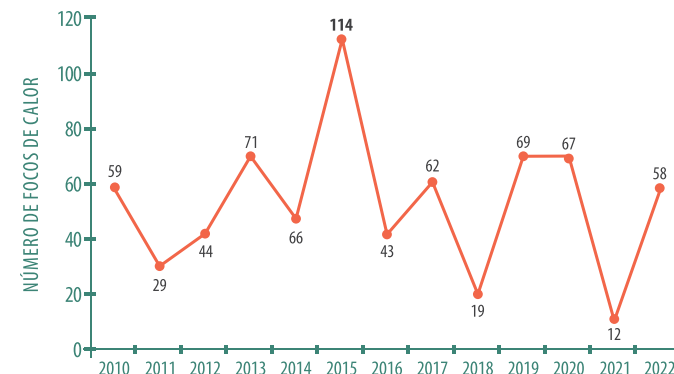
Beruri e Tapauá foram os destaques positivos do mês, não apresentando focos de calor em dezembro pelo terceiro ano seguido.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE DEZEMBRO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A DEZEMBRO DE 2021

AUMENTOU

- Lábrea (de 0 para 15 focos)
- Autazes (de 0 para 8 focos)
- Manicoré (de 1 para 6 focos)
- Canutama (de 2 para 6 focos)
- Humaitá (de 0 para 5 focos)
- Careiro da Várzea (de 3 para 4 focos)
- Borba (de 0 para 4 focos)
- Careiro (de 1 para 3 focos)
- Manauquiri (de 0 para 2 focos)
- Manaus (de 0 para 1 foco)

DIMINUIU

- Porto Velho (de 5 para 4 focos)

FOCOS DE CALOR ZERO EM DEZEMBRO/2022

- Beruri
- Tapauá



ÁREAS PROTEGIDAS

Em dezembro, apenas duas áreas protegidas monitoradas pelo Observatório BR-319 apresentaram focos de calor. A Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda (ME) do Rio Negro – Setor Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim, pertencente ao município de Manaus, apresentou um foco de calor, assim como a Terra Indígena Lago do Limão, localizada no município de Borba.



1%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

2%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

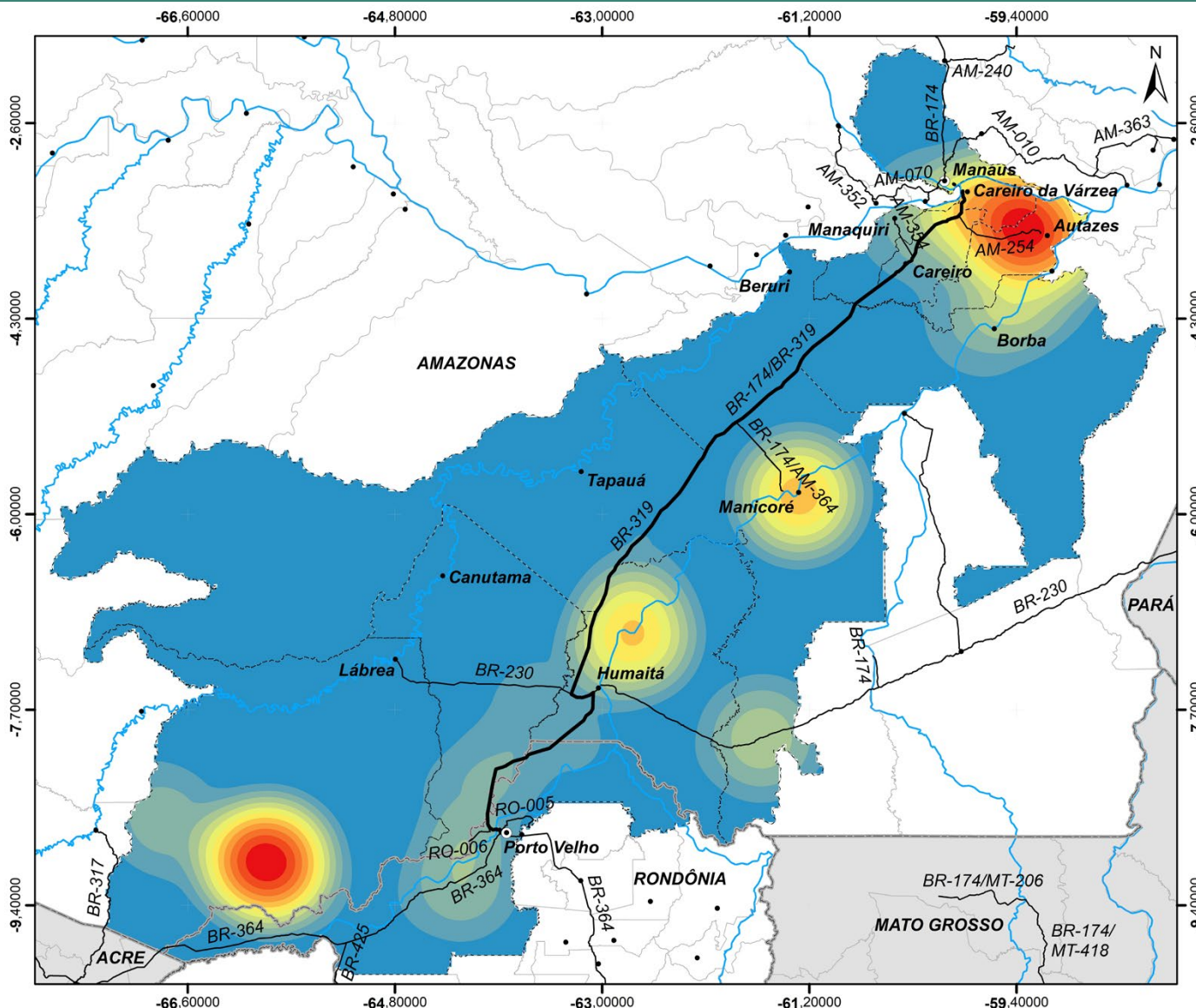


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Dezembro 2022



Monitoramento de Desmatamento

Em dezembro de 2022, tanto a Amazônia Legal quanto Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento no desmatamento em relação ao mesmo mês de 2021. Os aumentos foram de 104%, 409%, 5% e 22%, nessa ordem. Para a Amazônia Legal, esse foi o mês de dezembro com maior desmatamento, desde 2010.

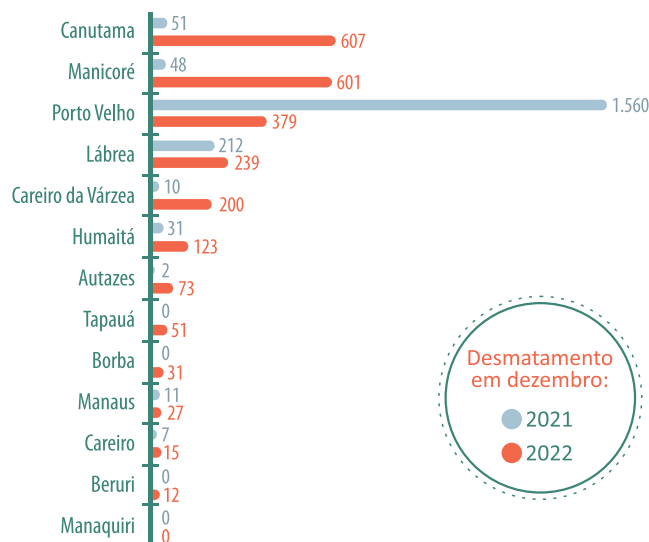
MUNICÍPIOS DA BR-319

Onze municípios, dos 13 monitorados, apresentaram aumento no desmatamento em comparação a dezembro de 2021. O município que mais desmatou foi Canutama, seguido por Manicoré e Porto Velho. Além de liderar o ranking, Canutama foi o 10º município que mais desmatou em dezembro de toda Amazônia Legal. Outro destaque do mês foi Careiro da Várzea, que apresentou o segundo maior aumento em relação a dezembro de 2021 (1.870%) e ficou afrente de Humaitá no ranking.

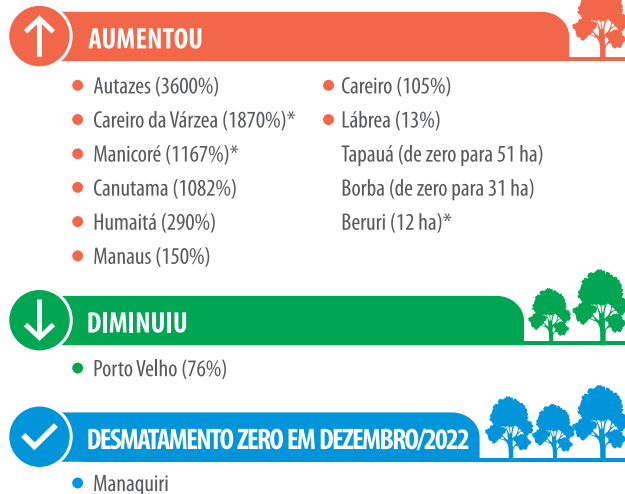
Por outro lado, Porto Velho apresentou uma queda de 76% no desmatamento e Manaquiri apresentou desmatamento zero no mês pelo terceiro ano seguido.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

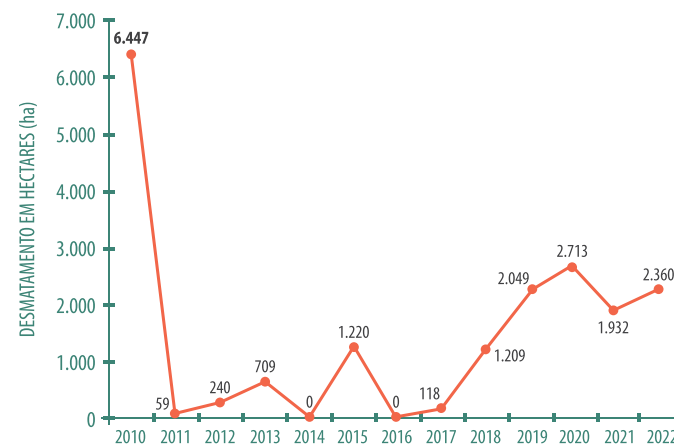


COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A DEZEMBRO DE 2021



*Municípios que apresentaram recorde de desmatamento em dezembro, considerando a série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE DEZEMBRO (2010 A 2022)





ÁREAS PROTEGIDAS

Quatro Unidades de Conservação (UCs) apresentaram desmatamento em dezembro: Parque Nacional (Parna) Mapinguari, 14 hectares (ha); Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, com 9 ha; Parna dos Campos Amazônicos, com 5 ha; e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista, 2 ha.

Em relação as Terras Indígenas (TI), três apresentaram desmatamento: TI Sissáima (12 ha), que foi a 7ª TI mais desmatada no mês em toda a Amazônia Legal, TI Jauary (3 ha) e TI Gavião (0,3 ha).



4% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

10% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

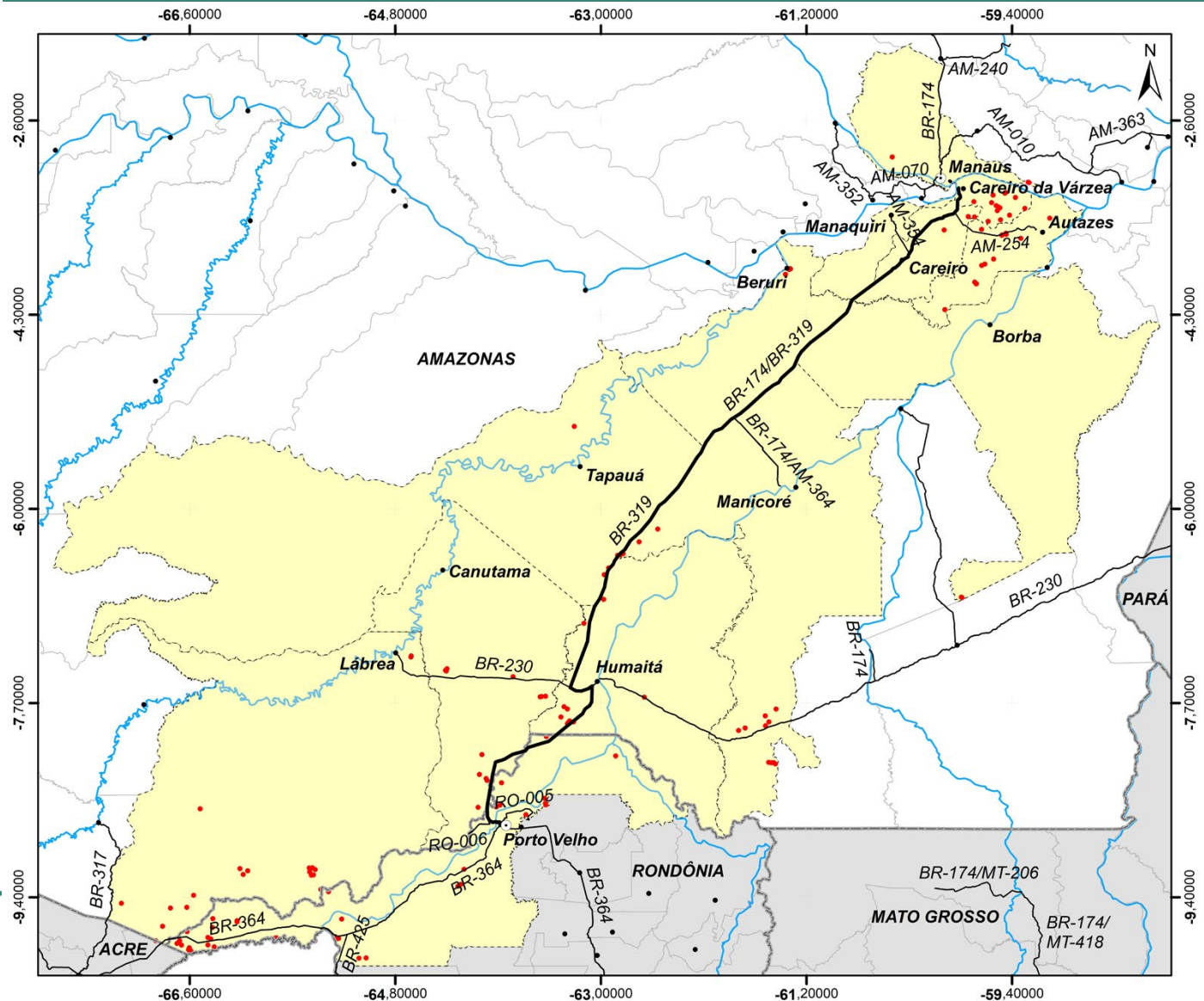
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Dezembro 2022





Ciência

De olho na estrada, tem animal atravessando a pista

Por **Sergio Santorelli Junior**¹ e **Clarissa Rosa**²

O trecho da BR-319 entre Manaus (AM) e Humaitá (AM) é, atualmente, uma das áreas de maior preocupação ambiental devido ao projeto de reestruturação da rodovia, que liga as duas cidades, e que não está adequado ao trânsito intenso.

A recuperação da BR-319, inevitavelmente, irá ocasionar um aumento no fluxo de pessoas e veículos na região, na ocupação do seu entorno e nas taxas de desmatamento. Com isso prevê-se uma ampla redução da cobertura florestal original, além de ameaçar as florestas localizadas nos arredores da estrada. Mas não só: existem outras preocupações que também deveriam ser levadas em consideração sobre a recuperação dessa estrada.

É bastante comum em rodovias encontrarmos espécies de cobras, sapos, aves e mamíferos atropelados, e com o aumento do tráfego de veículos da rodovia, sem uma estratégia adequada para proteger os animais que vivem nas florestas, é muito provável que



Foto: Sergio Santorelli Jr./Ufam-Humaitá

muitas espécies passem a ser ameaçadas pelos impactos do atropelamento de fauna. Mas isso deixa uma pergunta: quais espécies poderiam ser mais afetadas com esse aumento de tráfego? Segundo alguns estudos já realizados, a resposta para isso é: “depende”.

Muitas espécies de animais possuem restrições no seu deslocamento e nem chegam próximas à rodovia, sofrendo efeitos do isolamento causado pela presença da pista. Porém, aquelas que são

de alguma forma atraídas para a pista, e se movem devagar, acabam sendo as vítimas fatais dos atropelamentos. Da mesma forma, animais que necessitam de grandes áreas de vida, se deslocam sem grandes restrições, ou dificuldades, e precisam transpor a rodovia para utilizar todo seu o território. As cobras são os exemplos mais comuns desse tipo de problema.

Identificar quem são as outras espécies que possuem essas características ao longo da BR-319, é um desafio! Não apenas isso, também é importante considerar como elas se relacionam com o ambiente, antes e depois da presença da rodovia. Ter esse entendimento permitirá garantir a eficácia em intervenções que visam reduzir e remediar os impactos negativos que podem ser gerados em populações de animais com a presença da rodovia.



¹ **Sergio Santorelli Junior** é doutor em Ciências Biológicas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e, atualmente, está vinculado à Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no Campus Humaitá, através do Programa de Fixação de Recursos Humanos no Interior do Estado (FAPEAM / PROFIX-RH Edital 009/2021).

² **Clarissa Rosa** é pesquisadora de pós-doutorado do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Coordenador do PELD PSMAM.



Minuto BR



Pontes



O inverno mal começou e as estruturas improvisadas pelo Dnit nos rios Curuçá e Autaz-Mirim já precisam ser substituídas por outras soluções. Isso porque a subida das águas inundou a margem do rio onde os carros embarcam no Curuçá, obrigando os condutores dos veículos que embarcam na balsa a **entrarem na água**; e no caso do **Autaz-Mirim**, a passagem seca criada por aterramento do rio já está praticamente submersa e uma balsa deve ser usada na travessia do local.



Foto: Reprodução

Reconstrução



Segundo o **G1 AM**, o Dnit contratou a empresa J Nasser Engenharia para reconstruir a ponte Curuçá, sobre o Rio Curuçá, que desabou no dia 28 de setembro do ano passado, no Amazonas. Segundo o órgão, a previsão de entrega da obra é para outubro deste ano – após mais de um ano do acidente. Ainda conforme o Dnit, a obra segue na fase de projeto. Em fevereiro, devem começar as construções do canteiro de obras e das fundações. O valor aproximado da obra é de R\$ 24,8 milhões. Já com relação à ponte Autaz-Mirim, que também desabou dez dias após a Ponte Curuçá, as empresas interessadas na obra devem encaminhar as propostas no próximo mês. A partir disso começará as outras etapas do projeto de reconstrução da estrutura.

Evento



A Casa do Rio e a WCS Brasil, com o apoio do OBR-319, realizam a **1ª edição do Festival de Saberes da Floresta**, que acontece nos dias 02, 03 e 04/02 no Centro de Educação de Tempo Integral (CETI) Professora Maria Adelaide Marinho Hortência, no quilômetro 111 da BR-319, em Careiro, no quilômetro 111 da BR-319. O evento vai celebrar, fortalecer e compartilhar a cultura e os conhecimentos dos povos da floresta, por meio de oficinas e manifestações culturais que gerem renda e impacto social para populações que vivem na porção norte da BR-319. A programação contará com atividades de incentivo do empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável.

Troca



O Ministério dos Transportes deve trocar as pontes de madeira do trecho do meio da BR-319 por pontes de concreto. A informação é do **Portal Único** atribuída ao analista de infraestrutura do ministério dos Transportes, Eduardo Praça, braço direito do ministro Renan Filho. Sem dar mais detalhes de quando começarão as obras e os valores de investimentos, por exemplo, o analista se limitou a informar que a rodovia possui desafios ambientais, mas que serão respeitados. O ministro Renan Filho acrescentou que a BR-319 tem um trecho de obras que está contratado e em andamento, que é o lote C e, o outro, “mais delicado” está em fase de projetos e estudos ambientais. No entanto, o ministro não soube dizer quando esse imbróglio será resolvido e quando as obras de pavimentação nesse trecho começarão. Segundo ele, levan-

tamento do Ministério dos Transportes mostra que o investimento total nas obras da BR-319 devem ser de R\$ 3 bilhões, valor maior do que o orçamento da pasta em 2022, disse.

Karipuna



A **Agência Bori** divulgou um artigo de opinião produzido pela liderança indígena Adriano Karipuna e o professor da Universidade Federal de Rondônia (UFRO) Vinicius Valentin Raduan Miguel. A publicação fala do risco que a destruição da Reserva Extrativista (Resex) de Jaci-Paraná, vizinha à Terra Indígena (TI) Karipuna, oferece ao território ancestral. Hoje, a Resex é a segunda mais desmatada da Amazônia e tem quase duzentas mil cabeças de gado na área.

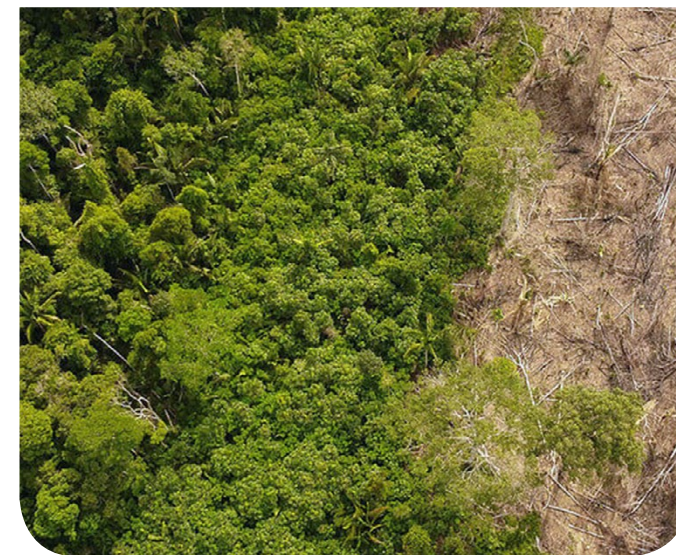


Foto: Agência Bori/Reprodução



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Fernanda Meirelles (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
the global coalition against corruption



GREENPEACE

